



Santa Clara-a-Velha de Coimbra Singular Mosteiro Mendicante



Francisco Pato de Macedo

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Coimbra 2006

Santa Clara-a-Velha de Coimbra Singular Mosteiro Mendicante



A fascinante “aventura” de procurar um monumento perdido foi acompanhada da descoberta de que a informação sobre este mosteiro era, afinal, muito menor do que se pensava. Em anos de permanentes e continuadas pesquisas e, à medida em que, por entre vicissitudes várias, os edifícios monásticos foram postos a descoberto, não deixámos de ser surpreendidos. Realmente, o mosteiro de Santa Clara de Coimbra foi-nos mostrando uma singularidade que procurámos captar para deixar registada nas páginas deste trabalho, dividido em três grandes capítulos.

Francisco Pato de Macedo

Santa Clara-a-Velha de Coimbra.
Singular Mosteiro Mendicante



Santa Clara-a-Velha de Coimbra. Singular Mosteiro Mendicante.
Francisco Pato de Macedo
Coimbra 2006

Design Editorial: João Alves Design com WTA. Comunicação
Impressão: Impressões e Soluções

Francisco José Pires Pato de Macedo

(Bolsheiro da Fundação Calouste Gulbenkian)

Santa Clara-a-Velha de Coimbra.
Singular Mosteiro Mendicante



Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, na área
de História, especialidade História da Arte, sob a orientação do Professor Doutor Pedro Dias

Coimbra 2006

Índice



	Página
Introdução	9
I. Tradição e inovação na arquitectura dos franciscanos em Portugal nos séculos XIII-XIV	15
1. O nascimento da ordem dos frades menores e a sua difusão no Portugal medievo	17
2. A espiritualidade e a arquitectura dos franciscanos nos séculos XIII-XIV	29
3. Arquitectura dos franciscanos em Portugal nos séculos XIII e XIV	
3.1 Do ermitério ao convento	37
3.2 Tipologias e programas das igrejas	45
3.3 As dependências conventuais	91
II. Génese e carácter do “culto” ao mosteiro de Santa Clara-a-Velha	105
1. O nascimento atribulado	111
2. Da (re)fundação à transferência	123
3. A acção da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais em Santa Clara-a-Velha	137
3.1 Os antecedentes de uma preservação efectiva	138
3.2 O restauro reconstitutivo da DGEMN (1929-1940)	148
3.3 Uma solução adiada. Os estudos prévios e a conservação (1940-1974)	182
3.4 Um projecto inacabado. A conservação permanente (1974-1985)	214
Anexos	230
4. A intervenção do IPPAR em Santa Clara-a-Velha de 1989 a 2002	235
III. Mosteiro de Santa Clara-a-Velha: Arquitectura	251
1. Localização do mosteiro	255
2. Igreja	
2.1 Fundações	282
2.2 Plantas cortes e alçados	290
2.3 Cabeceira	332
2.4 Espaço dos fiéis e laicos e coro	409
2.5 Siglas e sinais lapidares	561
2.6 Câmara do tesouro	615
2.7 Capela funerária da Rainha D. Isabel de Aragão	639
3. Claustro	697
3.1 O <i>Lavatorium</i> ou lavabo	785
4. Outras dependências monásticas	817
4.1 Sala do capítulo	821
4.2 Refeitório e sala “ <i>de profundis</i> ”	839
4.3 Dormitório	847
5. Dependências anexas	855
5.1 Paço da rainha	857
5.2 Hospital de Santa Isabel	872
6. Espólio de uma intervenção	887
Conclusão	897
Bibliografia	903

Introdução



Um estudo sistemático da arquitectura das ordens mendicantes em Portugal, nos séculos XIII e XIV, que tenha em conta a história particular de cada um dos conventos e considere os edifícios por si, através do seu remanescente ou daquilo que a documentação sobre eles permite inferir, encontra-se ainda por fazer. Um investimento na investigação desta temática, levou-nos a proceder à “cartografia” dos objectos arquitectónicos, pertencentes a estas ordens monásticas, a estudar a sua história e a detectar semelhanças e diferenças na sua arquitectura.

Porém, o projecto de valorização da igreja de Santa Clara-a-Velha, monumento que já havíamos abordado, em síntese, no trabalho de Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, sobre o gótico na Bacia do Mondego, veio alterar o prosseguimento das nossas pesquisas. Assim, o objecto essencial do nosso estudo deixou de ser a globalidade dos edifícios mendicantes referenciados por todo o país, para se centrar na casa das clarissas de Coimbra, paradoxalmente considerada como uma das mais documentadas.

De facto, o mosteiro “englouti” pelas areias do Mondego merecera a António de Vasconcelos, ao expirar o século XIX, uma inestimável monografia e este estudo viria a ser acrescentado de outros contributos da escola coimbrã, como os de Vergílio Correia, de Nogueira Gonçalves ou, mais recentemente, de Pedro Dias.

Porquê, então, investir num estudo monográfico sobre a arquitectura de um cenóbio estudado?

A resposta encontra-se, como dissemos, no evoluir do projecto de valorização da igreja, a partir de 1996. Na verdade, o desenterramento do interior da igreja permitiu uma análise nova do espaço eclesiástico e a retirada de terras na envolvente

fez surgir a ruína de um claustro desconhecido, a que se seguiram as de outras dependências. O assombro foi responsável por uma paixão, que se converteu em culto pautado por inumeráveis visitas e uma investigação minuciosa.

A fascinante “aventura” de procurar um monumento perdido foi acompanhada da descoberta de que a informação sobre este mosteiro era, afinal, muito menor do que se pensava. Em anos de permanentes e continuadas pesquisas e, à medida em que, por entre vicissitudes várias, os edifícios monásticos foram postos a descoberto, não deixámos de ser surpreendidos. Realmente, o mosteiro de Santa Clara de Coimbra foi-nos mostrando uma singularidade que procurámos captar para deixar registada nas páginas deste trabalho, dividido em três grandes capítulos.

Dedicámos o primeiro capítulo à arquitectura dos franciscanos em Portugal nos séculos XIII e XIV, usando na abordagem os conceitos complementares de tradição e inovação. Deste modo, os aspectos que na arquitectura dos franciscanos se podem ligar com o passado foram por nós detectados usando a tradição como critério. Por outro lado, empregámos inovação, não no sentido de afastamento da tradição, mas com o significado de inédito, de singular. A mudança de forma, o modo de entender o espaço ou a luz, entre outros aspectos, foram vistos como inovação, embora os pressupostos dos quais nasceu o novo, o modo como este foi imposto, recebido e transmitido tenham sido problemáticas inerentes ao conceito de inovação que tivemos em conta. Assumindo neste aspecto particular importância a espiritualidade da ordem e a legislação em matéria construtiva emanada dos capítulos gerais franciscanos, em especial do de Narbona de 1260. Se estes aspectos considerados essenciais foram ponderados na definição das tipologias e programas das igrejas e restantes dependências conventuais, também o foi o patrocínio, seja o partilhado ou indirecto, seja o individual ou directo. Destacando-se neste último o que foi exercido pelos reis e pela nobreza.

O processo evolutivo da arquitectura franciscana entre nós seguiu a tendência geral da ordem, nos diferentes espaços geográficos para onde se espalhou, em relação directa com a evolução da ascese. Assim, a uma primeira fase em que a arquitectura se encontra ausente sucedeu-se o tempo que a viu nascer, quer de modo ainda transitório, em alguns casos, quer de forma já definitiva, noutros.

A inclusão de uma panorâmica sobre a arquitectura dos franciscanos em Portugal nos séculos XIII-XIV num trabalho monográfico sobre um mosteiro de clarissas encontra justificação na necessidade de contextualizar o objecto em estudo. Contudo, a elaboração deste quadro panorâmico não se mostrou fácil pela discrepância existente entre a quantidade de informação relativa ao mosteiro que se apresenta neste estudo e a que diz respeito aos restantes conventos e mosteiros. Na realidade, a arquitectura dos franciscanos e dos mendicantes em geral, abordada

em síntese, de forma pioneira na perspectiva de ligação às ordens religiosas a que se destinou, por Mário Tavares Chicó, nos meados do século XX, necessita de novos estudos monográficos, potenciados em alguns dos edifícios por prévias intervenções arqueológicas. Só então será possível reavaliar a verdadeira importância da arquitectura dos mendicantes no Portugal medievo.

Os capítulos II e III da nossa dissertação são integralmente dedicados ao mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra, à sua história, às suas vicissitudes, aos seus restauros e, sobretudo à sua arquitectura. O título do capítulo II, génese e carácter do “culto” ao mosteiro de Santa Clara-a-Velha, parafraseia o título da obra publicada, em 1903, por Aloïs Riegl, intitulada: “*O Culto Moderno dos Monumentos. O seu Carácter e a sua Génese*”, mas sofre influência, igualmente, do inestimável contributo dado por António de Vasconcelos, nos finais do século XIX, à fundação do mosteiro de Santa Clara-a-Velha e ao conhecimento dos seus edifícios, no estudo monográfico sobre a evolução do culto de Isabel de Aragão (a Rainha Santa).

Na realidade, mais do que a sua história, pretendemos neste capítulo detectar o modo como o mosteiro das clarissas de Coimbra, pela carga simbólica de cariz polissémico de que se encontra investido, se inscreveu como “lugar monumental” de memória colectiva. Por conseguinte, analisamos a génese e carácter do “culto” ao mosteiro nas atitudes valorativas com que foi encarado.

Em primeiro lugar, o valor histórico de que a historiografia se tem encarregado de destacar o nascimento atribulado, a (re)fundação e, por fim, a transferência. De facto, a primeira fundação, de que só recentemente os historiadores se têm ocupado, geradora do conflito entre D. Mor Dias e os cónegos regantes do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, integra-se na estratégia de oposição às ordens mendicantes, mas revela, também, o protagonismo das mulheres na livre escolha do seu modelo próprio de religiosidade.

O momento da sua (re)fundação pela rainha D. Isabel, sempre exaltado pela historiografia que a considera a verdadeira fundadora, mas, fundamentalmente, a génese e evolução do culto religioso à Rainha Santa neste mosteiro, foram fundamentais para justificar a valorização histórica de Santa Clara-a-Velha.

A luta com as águas do Mondego, que contribuiu para gerar a sua identidade, estimulou igualmente o imaginário em torno da casa das clarissas de Coimbra. De facto, a adversidade do sítio de implantação conduziu o mosteiro a sucessivos episódios de agonia e (re)nascimento que permitem apurar o carácter do seu “culto”. Só a conjugação da valorização histórica com a valorização artística levaram a aferir o verdadeiro significado do mosteiro, a exigir a sua protecção e a definir-lhe um valor de utilização.

Foi justamente a preservação e valorização que tornaram possível a escrita do terceiro capítulo desta dissertação inteiramente dedicado à arquitectura do mosteiro.

Na realidade, se até aos finais de 1995 restava apenas visível a igreja semi-enterrada, depois dessa data, graças à intervenção do IPPAR, foi-se agregando um manancial informativo, essencial a uma nova leitura da arquitectura do mosteiro.

O fascinante acesso à parte enterrada da igreja e a outros edifícios monásticos, escassamente conhecidos ou mesmo inteiramente desconhecidos, abriu a possibilidade, durante os vários anos da nossa investigação, de os ir auscultando no terreno, com todas as vantagens a isso inerentes do ponto de vista heurístico e crítico.

Para o conhecimento dos edifícios, fonte por excelência do nosso trabalho, pudemos contar também com informações de tipo diverso, fornecidas pela equipa pluridisciplinar a trabalhar no estaleiro, em que o mosteiro se encontra transformado desde 1992, e usufruir das vantagens facultadas pela transversalização do saber.

Os edifícios, pelo seu carácter irrepetível e pela ligação que estabelecem com a sua época, são testemunhos verdadeiros da história e fontes fidedignas das condições criativas de uma época. O remanescente do edificado da casa das clarissas de Coimbra, enquanto exemplar relevante da experimentação do “modo gótico” que acompanhou uma alteração nos sistemas construtivos e se pode igualmente inscrever numa busca estética, veio dar resposta a uma nova sensibilidade religiosa e reflecte, a seu modo, um estado de civilização.

Estruturante de uma realidade física e humana de indiscutível valor, o mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra é detentor de um singular património construído, que o capítulo III deste trabalho tem como principal objectivo dar a conhecer, utilizando uma metodologia arqueológico-artística, que procura a reconstituição original dos edifícios e a distinção de tipologias construtivas. Todavia, foi nossa intenção proceder também a uma análise, tanto quanto possível exaustiva, do programa que individualiza os edifícios e o conhecimento da sua mensagem simbólica, numa aproximação ao método iconológico. Assim, o valor histórico e patrimonial do mosteiro foi colocado na sua relação com a cultura da sociedade que o viu nascer, de modo a destacar a sua verdadeira importância nos nossos dias.

Este trabalho representa o resultado de anos de estudo e reflexão que puderam contar com um conjunto significativo de apoios que nos apraz aqui deixar expressos. Desde logo, da parte do nosso orientador Professor Doutor Pedro Dias que soube aguardar pacientemente a longa gestação deste projecto, acompanhando-o cientificamente e incentivando-nos; da Fundação Calouste Gulbenkian, de que fomos bolseiros, viabilizando a realização de inúmeras visitas de estudo a monumentos nacionais e estrangeiros, a deslocação a bibliotecas e arquivos e a aquisição de muito do material bibliográfico, gráfico e fotográfico de que necessitámos; do Goethe Institut de que igualmente fomos bolseiros na Alemanha, o que nos permitiu aperfeiçoar

a língua alemã, realizar importantes visitas de estudo a monumentos e museus e contactar com a historiografia da arte deste país; da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra que nos concedeu a possibilidade de prolongar durante mais anos as nossas reflexões sobre as temáticas aqui apresentadas; de todos os medievalistas da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra através do contributo que os seus trabalhos deram à nossa formação e a este estudo, permitindo-me destacar a Senhora Professora Doutora Maria Helena da Cruz Coelho que nos transmitiu a paixão pela Idade Média e o Professor Doutor Saul Gomes sempre solícito na ajuda e no estímulo; do Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra e dos Professores Doutores Alves Costa, Walter Rossa Paulo Varela Gomes e do Arquitecto Rui Lobo que ao escolherem Santa Clara-a-Velha como campo para os trabalhos dos seus alunos nos proporcionaram enriquecedores debates de ideias; dos ilustres Professores estrangeiros, Jesus Caamaño, com quem nos iniciámos no estudo da arquitectura mendicante, de Xosé Carlos Valle Pérez, Rafael Cómez Ramos e Eduardo Carrero Santamaría, nas preciosas informações científicas e bibliográficas e do Alberto Sismondini no auxílio a encontrar tantas informações fundamentais sobre a bibliografia italiana; dos nossos colegas do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras, Professores Doutores Regina Anacleto, Nelson Correia Borges, Maria de Lurdes Craveiro, António Filipe Pimentel e Dra Luísa Trindade, não podendo esquecer o Professor Doutor Vítor Serrão e deixar de evocar postumamente o nosso Mestre Professor António Nogueira Gonçalves, por meio de tantas lições e conselhos amigos e pelo incentivo constante à viagem como fonte de conhecimento e também por algumas viagens inesquecíveis que nos proporcionou; do Instituto de História da Arte temos igualmente de referir a constante disponibilidade da sua técnica superior, Dra Maria da Piedade Duarte, e da sua então funcionária, Senhora D. Palmira Santos; do IPPAR e, em particular do seu então Vice-Presidente, Dr. Paulo Pereira, responsável pela nossa integração na equipa de Santa Clara-a-Velha; do coordenador dos trabalhos da equipa de valorização do mosteiro de Santa Clara-a-Velha, Mestre Artur Côrte-Real, pela criação das condições necessárias à realização deste trabalho e dos Dr.s Paulo César Santos, Catarina Cunha Leal, Teresa Mourão, Mónica Ginja e Luís Sebastián, através da cumplicidade empenhada no “culto” a este mosteiro, do Dr. Luís Bernardo na paciente ajuda na selecção das imagens e leitura do texto, da Eng. Daniela Mota na pesquisa de imagens, dos inestimáveis desenhos e fotografias do Nuno Santos e das fotografias do Miguel Munhós. A todos queremos aqui deixar expressa a nossa mais viva gratidão. Mas, para além destes agradecimentos de cariz mais institucional, não podemos deixar de exprimir o nosso profundo reconhecimento a familiares e amigos que se mostraram presentes na longa elaboração deste trabalho, através do seu estímulo e confiança.